



**TCEPR** | TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

# PLANO DE GESTÃO

---

**TCE-PR**  
2021 - 2022

Relatório de Execução do 1º Semestre de 2021

**COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2021-2022**

**CONSELHEIRO PRESIDENTE**

FABIO DE SOUZA CAMARGO

**CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE**

IVAN LELIS BONILHA

**CONSELHEIRO CORREGEDOR-GERAL**

FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

**CONSELHEIROS**

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

IVAN LELIS BONILHA

JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL

NESTOR BAPTISTA

**DIRETOR-GERAL**

GUSTAVO LUIZ VON BAHTEN

**COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO**

RAFAEL MORAIS GOLÇALVES AYRES

## Sumário

1	Apresentação.....	4
2	Situação de Execução das Iniciativas e suas Entregas.....	6
3	Detalhamento das Iniciativas e suas Entregas .....	13
3.1	I.01 – Tribunal Itinerante.....	13
3.2	I.02 – Alavancar a Fiscalização com Tecnologia e Inovação.....	15
3.3	I.03 – Aperfeiçoar o Subsistema de Comunicação Institucional .....	18
3.4	I.04 – Aperfeiçoar o Sistema de Gestão de Pessoas e Competências.....	19
3.5	I.05 – Aperfeiçoar a Instrução e o Julgamento de Processos.....	22
3.6	I.06 – Ampliar a Transparência da Atuação e do Desempenho do Tribunal.....	25
3.7	I.07 – Desenvolver Plano Estratégico 2022-2027.....	27
3.8	I.08 – Desenvolver Modelo de Avaliação da Efetividade da Gestão Municipal .....	29
3.9	I.09 – Fortalecimento da Escola de Gestão Pública.....	31
3.10	I.10 – Atuação em Processos de Falência e de Recuperação Judicial .....	33
3.11	I.11 – Centro de Convivência.....	35

## 1 Apresentação

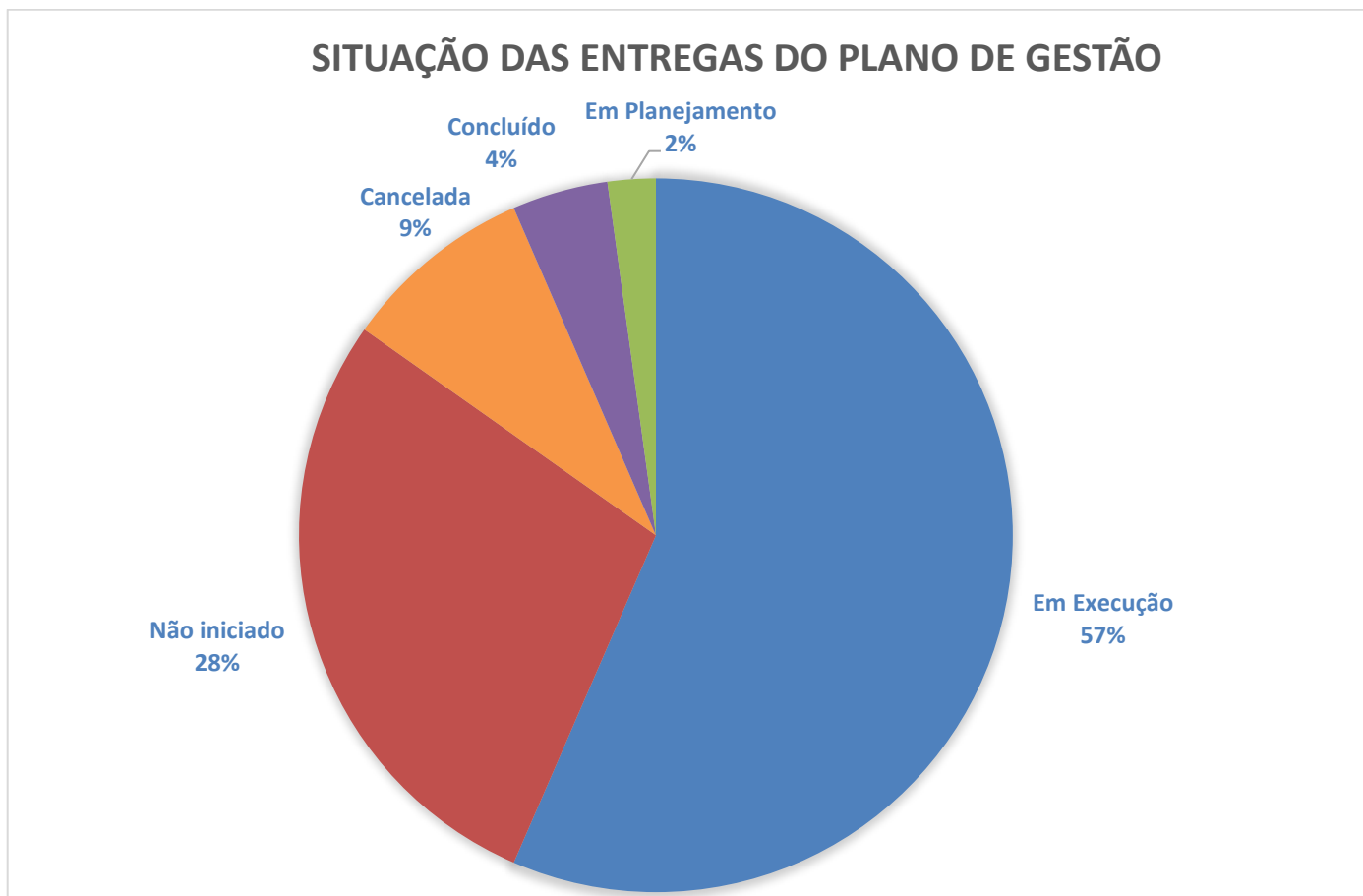
Considerando o fim do 1º semestre de 2021, apresentamos neste relatório a situação de execução das 11 iniciativas e suas 46 entregas do Plano de Gestão para o biênio 2021-2022.

Esse referido Plano de Gestão foi elaborado em atendimento ao art. 6º, inciso II, da Resolução n.º 57, de 13 de outubro de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR, sendo um mecanismo de desdobramento da estratégia e de alinhamento institucional, o qual tem a função de estabelecer e comunicar as prioridades e o direcionamento tático pretendido para o período, por meio de iniciativas detalhadas em entregas, com a indicação de responsabilidades e prazos.

Ciente, ainda, de que está em elaboração um novo Plano Estratégico para o período 2022-2027, cabe considerar que revisões deste Plano de Gestão poderão ocorrer, principalmente no início de 2022 ou a qualquer momento, quando da concretização de fatos supervenientes.

À Diretoria de Planejamento (DIPLAN) foi incumbida a responsabilidade pelo monitoramento das iniciativas e suas entregas, cabendo-lhe acompanhar sua execução por meio de levantamentos, relatórios e reuniões periódicas com os respectivos responsáveis. Vide abaixo o status consolidado das entregas deste Plano:

Situação	Qtde de Entregas	% das Entregas
Em Execução	26	57%
Não iniciado	13	28%
Cancelada	4	9%
Concluído	2	4%
Em Planejamento	1	2%
<b>Total Geral</b>	<b>46</b>	<b>100,00%</b>



Além deste presente documento, a Diretoria de Planejamento publica periodicamente os relatórios do Portfólio de Projetos Institucionais, com um maior detalhamento acerca do andamento dos programas e projetos instituídos pela Casa, acessível apenas via Intranet, em UNIDADES > DIPLAN > Portfólio de Projetos Institucionais.

## 2 Situação de Execução das Iniciativas e suas Entregas

A tabela abaixo contém a lista das iniciativas e suas respectivas entregas vinculadas, acompanhadas da indicação de responsabilidade, situação e breve detalhamento acerca de sua execução.

Iniciativa	Entrega n.º	Descrição da Entrega	Responsáveis	Situação	Detalhamento da Execução
01 - Tribunal Itinerante	1	Estrutura logística itinerante	Frederico S. Bettega	Em Execução	Receita Federal doou ônibus para o Tribunal realizar eventos de aproximação com cidadãos paranaenses.
	2	Visita do Conselheiro Presidente aos 399 municípios paranaenses	Frederico S. Bettega	Não iniciado	
	3	De 100 a 120 visitas da equipe do TCE a municípios paranaenses	Frederico S. Bettega	Não iniciado	
02 - Alavancar a Fiscalização com Tecnologia e Inovação.	4	Automação da captação e análise de contratações com RPA	Vinicius G. Pimenta	Em Execução	As primeiras captações de dados de portais de transparência já estão sendo feitas. 24 servidores foram capacitados na utilização da ferramenta de RPA UiPath, principalmente oriundos da DTI e COSIF.
	5	Aplicativo de fiscalização <i>mobile</i>	José Ricardo Guimarães	Em Execução	Está disponível para download nas lojas virtuais Google Play e App Store a versão para testes internos do aplicativo que está sendo desenvolvido. Está em desenvolvimento o ambiente web do App. Pendente a elaboração da Instrução Normativa sobre atuação dos agentes de controle social.
	6	Parque tecnológico renovado	José Elifas Gasparin Jr.	Em Execução	Está em fase de estudos técnicos preliminares para contratação de 543 notebooks, com aquisição mínima de 380 equipamentos e máxima de 678, no caso de ser celebrado aditivo contratual de acréscimo de 25%, além de 181 desktops, com mínimo de 126 e máximo de 226,

Iniciativa	Entrega n.º	Descrição da Entrega	Responsáveis	Situação	Detalhamento da Execução
					caso também seja utilizado o aditivo de 25%. Realizando orçamentação no mercado. Previsão para submeter ao Comitê de TI em setembro.
	7	Serviços de TI contratados	José A. Cheute	Em Execução	Concluídos o Documento de Oficialização da Demanda (DOD) para a contratação de dois objetos: fábrica de software e fábrica de métricas. Atualmente estão sendo realizados os Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e a análise de riscos.
	8	Sistema Integra	Vinícius S. Oliveira / Leandro S. Costa	Em Execução	O módulo de planejamento das fiscalizações está operacional. Já o módulo de execução conta com aproximadamente 60% concluído e previsão de término para 28/10.
	9	SIAP – Adaptações reforma da previdência	Adilson M. Ribas	Em Execução	As telas e a importação de aposentadoria adequadas à reforma da previdência (fase 1) foram concluídas. Também foi disponibilizado o cadastro de tipos de benefícios no módulo de aposentadoria do SIAP.
	10	Incorporação de Tecnologias Geoespaciais	Gabinete da Presidência	Em Execução	TCE-PR está em contato com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações para firmar parceria/convênio. No final de julho o MCTI encaminhou as primeiras imagens de obras em andamento.
03 - Aperfeiçoar o Subsistema de Comunicação Institucional	11	Política de Comunicação	Diretoria de Comunicação Social	Não iniciado	
	12	Plano de Comunicação	Diretoria de Comunicação Social	Não iniciado	

Iniciativa	Entrega n.º	Descrição da Entrega	Responsáveis	Situação	Detalhamento da Execução
04 - Aperfeiçoar o Sistema de Gestão de Pessoas e Competências	13	Proposta de normativo para Política de Gestão de Pessoas	Priscilla Mara Pallú (DG/DGP/DIPLAN)	Concluído	Protocolizado o Projeto de Resolução n.º 422622/21 com uma proposta para aprovação pela Administração e sua devida tramitação.
	14	Proposta de normativo para definição dos requisitos (funções) de competência de cada cargo	Adriana do Rocio Loro (CAVD/DGP)	Em Execução	Realizado levantamento de normativos de outros Tribunais de Contas e IRB, além de compará-los com as competências já mapeadas. Está em andamento a análise dessas competências pela EGP para fins de capacitação.
	15	Melhorias no sistema informatizado de avaliação de desempenho e competências	Marcelo Costa Muller (CAVD)	Em Execução	Foram identificados pontos de funcionalidade do sistema informatizado de Avaliação de Desempenho e Capacitação que possam ser melhorados. Está em andamento a definição de quais melhorias serão implementadas. Na sequência será demandado à empresa Digidata para execução.
	16	Criação de um Banco de Intenções para otimizar a movimentação de servidores	Priscilla Mara Pallú (DGP)	Não iniciado	
	17	Minuta de Projeto de Lei para mudança de nomenclatura do cargo de Analista de controle para Auditor de Controle Externo	Valdir F. C. Nunes	Concluído	Durante Sessão Ordinária de 21/07 do Tribunal Pleno do TCE-PR, houve votação e aprovação do envio de proposta de projeto de lei que visa a alteração da nomenclatura do cargo de Analista de controle para Auditor de Controle Externo do quadro de pessoal efetivo da Casa.
	18	Estudo comparativo de boas práticas acerca dos quadros funcionais dos Tribunais de Contas	Valdir F. C. Nunes	Em Execução	Encaminhado à Diretoria-Geral, por meio do ofício n.º 9/21-DIJUR, relatório contendo levantamento acerca da legislação dos demais Tribunais de Contas brasileiros, e apresenta sugestões relacionadas ao quadro funcional desta Corte.
	19	Proposta de alterações legislativas	Valdir F. C. Nunes	Não iniciado	
	20	Proposta de alterações em normativos internos	Valdir F. C. Nunes	Não iniciado	

Iniciativa	Entrega n.º	Descrição da Entrega	Responsáveis	Situação	Detalhamento da Execução
05 - Aperfeiçoar a Instrução e o Julgamento de Processos	21	Base normativa de instrução e julgamento revisada	Edilson G. Liberal (CADO)	Não iniciado	
	22	Padronização das Recomendações	Guilherme Vieira/Thiago Napoli/ Rafael Ayres/Gustavo Bahten (CGF/DG)	Não iniciado	
	23	Comunicação Processual pelo WhatsApp	Luiz Eduardo Martins Rodrigues (DP)	Em Execução	Realizados estudos de contratações similares da ferramenta de whatsapp comercial, além de reuniões com possíveis fornecedores de solução. Reuniões de alinhamento de requisitos com DTI. Elaborado proposta de normativo para as comunicações processuais via aplicativo.
	24	Proteção do denunciante	Paulo Sérgio Moura Santos (DP)	Cancelada	Houve perda do objeto, tendo em vista a publicação da Instrução de Serviço n.º 144/2021, a qual dispõe sobre a organização dos serviços da Ouvidoria de Contas quanto ao recebimento e registro das manifestações anônimas ou apócrifas.
	25	Dimensionamento da Força de Trabalho da CGM	Vivianéli Prestes/ Flávio Sampaio/Cezar Reis/ Regina Braz (DIPLAN/CGM/DGP)	Em Execução	Instaurado o procedimento adm. n.º 446644/21 para contratação de capacitação nesse tema, destinada a 20 servidores.
	26	Metodologia de valor de alçada para a instauração de processos	Fábio Mazzi/Vivianéli Prestes (DIPLAN/CGF)	Em Execução	Estão sendo levantados normativos com metodologias aplicadas por outros Tribunais de Contas.
	27	Normatizar e sistematizar a recepção e o julgamento de tomadas de contas especial pelo Tribunal	Rafael Ayres (CGF)	Não Iniciado	Nova entrega incluída a pedido da Coordenadoria-Geral de Fiscalizações

Iniciativa	Entrega n.º	Descrição da Entrega	Responsáveis	Situação	Detalhamento da Execução
06 - Ampliar a Transparência da Atuação e do Desempenho do Tribunal	28	Normativo e procedimentos para a publicação tempestiva dos relatórios da fiscalização	Coordenadoria-Geral de Fiscalizações/Diretoria-Geral	Cancelada	Após a conclusão do sistema de fiscalizações Integra será reavaliada essa entrega.
	29	Carta de Serviços ao Usuário	Tatiana Ozores (DIPLAN)	Em Execução	Está em fase de elaboração de uma versão para validação pela Administração.
	30	Metodologia de cálculo da relação custo-benefício do Tribunal	Guilherme Vieira/Denise Gomel (DIPLAN/CGF)	Não iniciado	
07 - Desenvolver Plano Estratégico 2022-2027	31	Cadeia de Valor do Tribunal	Denise Gomel (DIPLAN)	Em Execução	Apresentada à Comissão Permanente do Planejamento Estratégico uma proposta para a cadeia de valor para o Tribunal.
	32	Plano Estratégico 2022-2027	Denise Gomel (DIPLAN)	Em Execução	Concluída etapa de diagnóstico institucional, com a realização da pesquisa de opinião dos servidores e de diversos eventos "Planejando o futuro: um compromisso de todos". Está em andamento a etapa de revisão da identidade institucional.
	33	Proposta de Resolução para o novo Sistema de Gestão da Estratégia	Regina Cristina Braz (DIPLAN)	Em Planejamento	Está sendo revisada e adequada a proposta de resolução constante no procedimento administrativo n.º 702086/20, a qual altera a Resolução n.º 57/2016.
08 - Desenvolver Modelo de Avaliação da Efetividade da Gestão Municipal	34	Modelo de Avaliação da Efetividade da Gestão da Educação	Lucas Barsanti Placco	Em Execução	Está em andamento a elaboração e revisão de questionários da educação com aproximadamente 190 questões. Em setembro está previsto a realização de um piloto com alguns municípios, antes do encaminhamento a todos os demais.
	35	Modelo de Avaliação da Efetividade da Gestão da Saúde	João H. B. Maciel	Em Execução	Está na fase de planejamento dos questionários. Realizada a articulação interna e envio da matriz de risco. Será feito contato com a SESA. Piloto previsto para ser realizado em setembro.

Iniciativa	Entrega n.º	Descrição da Entrega	Responsáveis	Situação	Detalhamento da Execução
	36	Modelo de Avaliação da Efetividade da Gestão das Finanças	Everton Paulo Folleto	Em Execução	Está na fase de elaboração do formulário, faltando apenas alguns ajustes. Na sequência será aplicado um piloto. Após sua conclusão, os formulários serão encaminhados aos 399 municípios.
	37	Avaliação da efetividade da gestão dos 399 municípios paraenses, no exercício de 2021	Eduardo Schnorr	Em Execução	Realizada reuniões de alinhamento com os integrantes do Comitê Consultivo do Programa PROGOV, além de consultas e validações com o Conselheiro Ivens Linhares.
09 - Fortalecimento da Escola de Gestão	38	Política de Capacitação	Simone Cardoso Rufca (EGP)	Em Execução	Já foi definido o grupo da EGP para elaboração, documentação iniciada. Haverá reuniões semanais para discussão de cada tema que compõe a política.
	39	Processo de elaboração e execução do Plano Anual de Capacitação	Simone Cardoso Rufca (EGP)	Em Execução	Processo de elaboração do plano de capacitação 2021 foi concluída, com 50% de execução.
	40	Projeto Pedagógico	Simone Cardoso Rufca (EGP)	Em Execução	Definido grupo que participará da elaboração, estudos em andamento e consultas realizadas com outras escolas de contas de Tribunais do Brasil. Previsão de concluir esses estudos até dez/2021, com elaboração entre janeiro de junho/2022.
	41	Processo de mensuração da efetividade das capacitações	Simone Cardoso Rufca (EGP)	Em Execução	Novo modelo de avaliação elaborado, com aplicação a partir de agosto de 2021. Haverá compilação dos resultados a cada mês, além de um relatório anual.
10 - Atuação em Processos de Falência e de Recuperação Judicial	42	Estudos e propostas de alterações normativas acerca da competência dos Tribunais de Contas na atuação em processos de falência e recuperação judicial	Gabinete da Presidência	Cancelada	

Iniciativa	Entrega n.º	Descrição da Entrega	Responsáveis	Situação	Detalhamento da Execução
	43	Modelo de fiscalização acerca da arrecadação tributária frente aos processos de falência e recuperação judicial	Rafael Ayres/Rafael Fontana (CGF/COSIF)	Em Execução	A Coordenadoria-geral de Fiscalização iniciou planejamento para realizar fiscalização dos créditos tributários decorrentes das falências.
	44	Proposta de treinamento aos administradores judiciais responsáveis por gerir massas falidas em nome do Estado, e ainda, capacitação de procuradores municipais e estaduais que atuam em processos de falência e recuperação de empresas.	Thiago Andrade Silva/ Edilson G. Liberal (DIJUR/EGP)	Em Execução	Elaborada uma minuta de Termo de Cooperação para ser firmado com o Tribunal de Justiça do Paraná, para que o TCE-PR promova treinamentos aos diversos atores envolvidos nos processos de falências.
11 - Centro de Convivência	45	Projeto completo selecionado por meio de concurso realizado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB)	Diretoria-Geral/Diretoria Administrativa	Cancelada	
	46	Execução do projeto da edificação	Helio Gilberto Amaral (DTI)	Não iniciado	

## 3 Detalhamento das Iniciativas e suas Entregas

### 3.1 I.01 – Tribunal Itinerante

#### **Objetivo geral**

O Programa Tribunal Itinerante pretende visitar os municípios do Estado do Paraná no biênio 2021 e 2022, visando fortalecer a imagem da instituição e divulgar as suas principais funções (fiscalização e prestação de contas), fomentar a transparência na administração pública e estimular a participação do controle social.

#### **Objetivos específicos**

- Entrevista do Presidente nas rádios locais;
- Coleta de informações por meio de questionários;
- Estreitar as relações do TCE-PR com a sociedade civil, aproximando-o das comunidades organizadas nas diversas regiões políticas do Estado do Paraná;
- Valorização da relação entre cidadãos e o poder público;
- Intensificar a cooperação com demais agentes de controle e entidades de interesse;
- Apresentar à população local: Portal do Controle Social, Informações do Município (Portal de Transparência do Município), Portal de Informações para Todos do TCE-PR;
- Ampliar a interação com os meios de comunicação dos municípios visitados, para dar mais visibilidade aos eventos.

## Principais Entregas

Entrega	Descrição da entrega	Responsabilidade	Prazo
Estrutura logística itinerante	<p>Veículo de Transporte – mini truck, ônibus ou van – plotado e caracterizado para simbolizar a iniciativa e adequado às exigências legais, tecnológicas, ambientais, sanitárias, de capacidade e operacionais definidas pela iniciativa;</p> <p>Veículos/serviços de apoio, a exemplo de segurança;</p> <p>Contratação de seguro dos veículos e das equipes e da manutenção e abastecimento dos veículos;</p> <p>Materiais e equipamentos que deverão ser embarcados para suportar a realização das ações, o que inclui equipamentos de rede e comunicação, equipamento de áudio e vídeo, totens, materiais gráficos impressos e outros materiais divulgação e de suporte, como água, máscaras, álcool em gel etc.</p>	<p>Programa Tribunal Itinerante <i>Frederico Scholl</i> <i>Bettega</i></p>	Mai/2021
Visita do Conselheiro Presidente aos 399 municípios paranaenses	Entrevista do Presidente do TCE em rádio/TV local.	<p>Programa Tribunal Itinerante <i>Frederico Scholl</i> <i>Bettega</i></p>	Out/2022
De 100 a 120 visitas da equipe do TCE a municípios paranaenses	<p>Aplicação de no mínimo 50 questionários por município visando colher informações/dúvidas da população;</p> <p>Distribuição e veiculação de materiais informativos por meio de exposição de banner, projeção de vídeos e distribuição de folder com as atribuições do TCE.</p>	<p>Programa Tribunal Itinerante <i>Frederico Scholl</i> <i>Bettega</i></p>	Dez/2022

## 3.2 1.02 – Alavancar a Fiscalização com Tecnologia e Inovação

### Objetivo geral

Alavancar a atuação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná por meio da aplicação da tecnologia.

### Objetivos específicos

- Agilizar a fiscalização das contratações com a automação da captação e da análise de dados e documentos de editais e avisos de licitação, inicialmente empregando tecnologia de RPA e, posteriormente, o uso de tecnologias de inteligência artificial;
- Facilitar a atuação dos servidores, principalmente nas atividades de fiscalização de campo, bem como a cooperação de agentes externos (jurisdicionados, controle social e cidadãos), por meio de tecnologias e soluções *mobile*, integradas aos sistemas e processos de fiscalização do Tribunal, com funcionalidades para captura e compartilhamento de documentos, imagens, vídeos e geolocalização;
- Renovar o parque de infraestrutura de tecnologias da informação e comunicações de forma a suportar a crescente demanda de serviços de Tecnologia da Informação - TI, principalmente no que tange à mobilidade requerida pelo trabalho remoto, pela orientação do Tribunal de aproximação com a sociedade e cooperação com os demais agentes de controle. Assim, contribuir para o aperfeiçoamento dos processos de trabalho da fiscalização e demais necessidades do TCE-PR;
- Ampliar a capacidade de desenvolvimento, entrega e sustentação de soluções e serviços de TI, por meio da contratação de serviços de terceiros, atendendo ao pico de demanda sem expandir permanentemente o quadro de servidores; e
- Ampliar a capacidade de suporte à fiscalização pela implementação de novas funcionalidades no sistema INTEGRA e pela incorporação de tecnologias geoespaciais para o sensoriamento remoto e georreferenciamento.

## Principais entregas

Entrega	Descrição da entrega	Responsabilidade	Prazo
Automação da captação e análise de contratações com RPA	Automação da captação e análise de contratações, empregando RPA ( <i>Robotic Process Automation</i> ) na captação de dados e documentos de editais e avisos de licitação, potencializando o uso de tecnologias de Inteligência artificial	Projeto RPA – <i>Robotic Process Automation</i> <i>Vinicius Garcia Pimenta</i>	Jan/2022
Aplicativo de fiscalização <i>mobile</i>	Aplicativo de fiscalização <i>mobile</i> , integrado aos sistemas e processos de fiscalização do Tribunal, envolvendo funcionalidades para os servidores e agentes externos (jurisdicionados, controle social e cidadãos) e o uso de recursos tecnológicos, tais como captura e compartilhamento de documentos, imagens, vídeos e geolocalização	Projeto Skala <i>José Ricardo Guimarães</i>	Jan/2022
Parque tecnológico renovado	Renovação do parque tecnológico (datacenter, desktops e notebooks), com o objetivo de implementar um programa de atualização contínua dos recursos de infraestrutura de TI, de forma a contribuir para o aperfeiçoamento dos processos de trabalho de fiscalização e demais necessidades do TCE-PR.	Projeto Renovação e Ampliação do Parque Tecnológico <i>Josemar Ribas de Melo</i>	Jan/2022
Serviços de TI contratados	Aquisição de serviços de TI, com o objetivo de expandir a capacidade de entrega de soluções com rapidez, eficiência e qualidade.	Projeto <i>Outsourcing</i> <i>José Augusto Cheute</i>	Jan/2022
Sistema Integra	<p><b>Módulo Execução:</b> conjunto de funcionalidades para dar suporte à execução das ações de fiscalização.</p> <p><b>Módulo Monitoramento:</b> Conjunto de funcionalidades para dar suporte ao monitoramento dos resultados das ações de fiscalização – recomendações, determinações, TAGs.</p> <p><b>Módulo Comunicação:</b> Conjunto de funcionalidades para dar suporte à comunicação entre os diversos atores das ações de fiscalização.</p> <p><b>Módulo Gestão:</b> Conjunto de funcionalidades destinadas a gerenciar todo o processo de fiscalização.</p>	Projeto Integra <i>Vinicius de Souza Oliveira/ Leandro S. Costa</i>	Jan/2023

<p>SIAP – Adaptações reforma da previdência</p>	<p>Desenvolver e implantar adaptações do sistema SIAP para dar suporte às novas regras decorrentes da reforma da previdência.</p>	<p>Projeto SIAP – Reforma da Previdência <i>Adilson M. Ribas</i></p>	<p>Jan/2022</p>
<p>Incorporação de Tecnologias Geoespaciais</p>	<p>Parceria e incorporação de tecnologias geoespaciais disponibilizadas pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, para viabilizar a coleta e utilização de imagens de satélite na fiscalização de obras públicas (geosensoriamento e georreferenciamento). Com isso, tornar mais ágil e eficiente a fiscalização no intuito de combater atrasos, paralisações e desvio de recursos.</p>	<p>Gabinete da Presidência</p>	<p>Jan/2022</p>

### 3.3 I.03 – Aperfeiçoar o Subsistema de Comunicação Institucional

#### Objetivo geral

Reavaliar a estrutura e a atuação da comunicação institucional, interna e externa, visando ao realinhamento e reunião das funções implementadoras da comunicação dispersas em outras unidades, bem como sistematizar processos de trabalho e procedimentos para assegurar a qualidade da comunicação.

#### Objetivos específicos

- Revisar e, se necessário, adequar/desenvolver e operacionalizar estrutura organizacional e processos de trabalho para implementação da comunicação institucional.

#### Principais entregas

Entrega	Descrição da entrega	Responsabilidade	Prazo
Política de Comunicação	Normativo para Política de Comunicação Institucional: Conceitos, Objetivos, Princípios, Diretrizes e Instâncias de Responsabilidade, a fim de atender ao critério de avaliação QATC 4.2.7 da ATRICON.	Diretoria de Comunicação Social	Out/2021
Plano de Comunicação	Em atendimento à diretriz da ATRICON (QATC 4.2.8), que avalia se o Tribunal estabelece plano de comunicação e avalia sua execução.	Diretoria de Comunicação Social	Out/2021

### 3.4 I.04 – Aperfeiçoar o Sistema de Gestão de Pessoas e Competências

#### Objetivo geral

Revisar e estabelecer novo ordenamento – diretrizes, leis, normas e procedimentos - para a gestão de pessoas e competências, a partir de propostas de eventuais alterações no quadro funcional do TCE-PR, adaptando-o à realidade nacional a fim de maximizar sua eficiência. Otimizar o emprego das competências técnicas e comportamentais disponíveis, orientar e acelerar o desenvolvimento de competências faltantes ao atendimento das demandas crescentes frente à limitação, também crescente, de recursos. Orientar o planejamento e a execução das capacitações para servidores, oferecidas pela Escola de Gestão Pública do TCE-PR, e a alocação equilibrada das competências às demandas.

#### Objetivos específicos

- Revisar normativos vigentes, entre eles a Resolução n.º 34/2012 e a I.S. n.º 33/2012, e estabelecer novo ordenamento com diretrizes, normas e processos de trabalho adequados ao novo ordenamento;
- Propor alteração em normativos para definição de requisitos (funções) de competência de cada cargo, assim que houver definições acerca do quadro funcional;
- Instituir o registro das intenções de movimentação de servidores a fim de melhorar a alocação das competências e a satisfação do servidor;
- Aperfeiçoar o sistema informatizado de avaliação de desempenho e competências quanto à usabilidade e para adequá-lo ao novo ordenamento;
- Instaurar minuta de projeto de lei para alteração da nomenclatura do cargo de “Analista de Controle” para “Auditor de Controle Externo” e instituição do “Dia do Auditor de Controle Externo”;

- Analisar a estrutura funcional dos demais 32 tribunais de contas brasileiros, a fim de verificar as melhores práticas em relação ao quadro funcional/atribuições dos servidores;
- Propor eventuais alterações legislativas, além da atualização de leis e atos normativos do TCE-PR que disponham sobre o quadro funcional.

### Principais entregas

Entrega	Descrição da entrega	Responsabilidade	Prazo
Proposta de normativo para Políticas de Gestão de Pessoas	Atos normativos que estabeleçam as diretrizes de atuação, as instâncias de responsabilidade e processos de trabalho capazes de orientar, regulamentar e operacionalizar o desenvolvimento, o gerenciamento e emprego otimizado das competências.	Priscilla Mara Pallú (DG/DGP/DIPLAN)	Jun/2021
Proposta de normativo para definição de requisitos (funções) de competência de cada cargo	Propor alteração em normativos para definição de requisitos (funções) de competência de cada cargo, assim que houver definições acerca do quadro funcional.	Adriana do Rocio Loro (CAVD/DGP)	Dez/2021
Melhorias no sistema informatizado de avaliação de desempenho e competências	Implementação/melhoria de funcionalidades e configurações do sistema para melhorar a sua usabilidade e implantar a avaliação competências e desempenho conforme perfis requeridos pelos processos de trabalho. (estender o modelo adotado pelas unidades de fiscalização também para as unidades de suporte/meio).	Marcelo Costa Muller (CAVD)	Out/2021
Criação de um Banco de Intenções para otimizar a movimentação de servidores	Registro das pretensões de movimentação interna dos servidores.	Priscilla Mara Pallú (DGP)	Nov/2021

Minuta de Projeto de Lei para mudança de nomenclatura do cargo de Analista de Controle para Auditor de Controle Externo	Apresentação de Projeto de Lei para mudança de nomenclatura do cargo de Analista de Controle para Auditor de Controle Externo (Procedimento Adm. n.º 209332/21).	Projeto Estudos para Adequação do Quadro Funcional do TCE-PR <i>Valdir Falcão de Carvalho Nunes</i>	Abr/2021
Estudo comparativo de boas práticas acerca dos quadros funcionais dos Tribunais de Contas	Análise da estrutura funcional dos demais 32 Tribunais de Contas Brasileiros e elaboração de propostas de alterações no quadro funcional do TCE-PR e nas atribuições dos servidores, considerando a situação dos demais Tribunais de Contas.	Projeto Estudos para Adequação do Quadro Funcional do TCE-PR <i>Valdir Falcão de Carvalho Nunes</i>	Jun/2021
Proposta de alterações legislativas	Proposta de alterações legislativas acerca de descrição de cargos, atribuições, funções (carreira do quadro funcional do TCE-PR), vencimentos, encargos, gratificações.	Projeto Estudos para Adequação do Quadro Funcional do TCE-PR <i>Valdir Falcão de Carvalho Nunes</i>	Out/2021
Propostas de alterações em normativos internos	Propostas de alterações em normativos internos (resoluções, instruções normativas) acerca de descrição de cargos, atribuições, funções (carreira do quadro funcional do TCE-PR), vencimentos, encargos, gratificações.	Projeto Estudos para Adequação do Quadro Funcional do TCE-PR <i>Valdir Falcão de Carvalho Nunes</i>	Dez/2021

### 3.5 1.05 – Aperfeiçoar a Instrução e o Julgamento de Processos

#### Objetivo geral

Revisar e aperfeiçoar normativos, padrões e processos de trabalho visando à celeridade na instrução e julgamento de processos, ao melhor aproveitamento das competências alocadas, à melhoria da qualidade e à redução de estoques, em atendimento às diretrizes da ATRICON e em contribuição ao alcance dos objetivos estratégicos.

#### Objetivos específicos

- Simplificar a base normativa a fim de mitigar riscos e complexidade;
- Unificar procedimentos diferentes para o tratamento de situações semelhantes;
- Padronizar a emissão de recomendações e determinações a fim de melhorar a qualidade e viabilizar o monitoramento da execução;
- Agilizar a comunicação processual com o emprego do *Whatsapp*;
- Assegurar a proteção/sigilo do denunciante como requisito para extinguir denúncias anônimas;
- Dimensionar e adequar a força de trabalho das unidades instrutivas a exemplo do solicitado pela CGM para cumprimento de recomendação resultante de correição;
- Revisar metodologia e processo de trabalho para estabelecer o valor mínimo para a autuação e tramitação de processos considerando o custo destes para o Tribunal;
- Normatizar e orientar jurisdicionados quanto à instrução das tomadas de contas especial;
- Melhorar o desempenho do Tribunal na tramitação e julgamento dos processos de tomadas de contas especial.

## Principais entregas

Entrega	Descrição da entrega	Responsabilidade	Prazo
Base normativa de instrução e julgamento revisada	Revisão de atos normativos que disciplinam a instrução e julgamento de processos, buscando uniformização de procedimentos, a exemplo dos referentes à delegação às unidades instrutivas e à Diretoria de Protocolo quanto à operacionalização das comunicações processuais. Considerar como entrada a proposta resultante do projeto de aperfeiçoamento da instrução processual, a cargo da CGM.	Edilson G. Liberal (CADO)	Out/2022
Padronização das Recomendações	Adotar o padrão já adotado pelas unidades de fiscalização para a emissão das recomendações e determinações nos atos decisórios (DDM e Acórdãos) emitidos em processos.	Guilherme Vieira/Thiago Napoli/ Rafael Ayres/ Gustavo Bahten (CGF/DG)	Dez/2021
Comunicação Processual pelo <i>WhatsApp</i>	Regulamentar e operacionalizar a utilização do <i>WhatsApp</i> como ferramenta para a comunicação processual, o que inclui aperfeiçoar a IN e sistemas do cadastro para tornar obrigatório o cadastramento do telefone móvel.	Luiz Eduardo Martins Rodrigues (DP)	Jul/2021
Proteção do denunciante <b>(CANCELADA)</b>	Adequar sistemas e procedimentos para assegurar a proteção ao denunciante como requisito para extinguir denúncias anônimas.	Paulo Sérgio Moura Santos (DP)	Dez/2021
Dimensionamento da Força de Trabalho	Dimensionar a força de trabalho das unidades instrutivas e de julgamento, a exemplo do solicitado pela CGM por meio do procedimento administrativo n.º 749821/20, em decorrência de recomendação e plano de trabalho proposto no processo de correção ordinária n.º 148062/20, item VI, i, do Acórdão n.º 2060/20 – STP.	Vivianéli Prestes/ Flávio Sampaio/ Cezar Reis/ Regina Braz (CGM/DGP/DIPLAN)	Ago/2021

<p>Metodologia de valor de alçada para a instauração de processos</p>	<p>Revisar metodologia e valor atual para estabelecer o valor mínimo para a autuação e tramitação de processos considerando o custo do processo para o Tribunal, em atendimento ao disposto na Resolução n.º 60 de 2017, art. 1º, § 1º.</p>	<p>Fábio Mazzi/ Vivianéli Prestes (DIPLAN/CGF)</p>	<p>Dez/2021</p>
<p>Normatizar e sistematizar a recepção e o julgamento de tomadas de contas especial pelo Tribunal.</p>	<p>Propor normatização por meio de Projeto de Resolução e de Projeto de Instrução Normativa, além de implementar uma plataforma on-line que permita a padronização e uma melhor integração entre as etapas instrutivas e de julgamento da tomada de contas especial.</p>	<p>Rafael Ayres (CGF)</p>	<p>Dez/2022</p>

### 3.6 I.06 – Ampliar a Transparência da Atuação e do Desempenho do Tribunal

#### Objetivo geral

Atender às diretrizes da ATRICON quanto à transparência das ações de fiscalização e aos serviços prestados pelo Tribunal e contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos vigentes e para a atuação do controle social.

#### Objetivos específicos

- Dar publicidade tempestiva aos relatórios da fiscalização;
- Dar publicidade aos serviços prestados pelo Tribunal;
- Apurar e dar publicidade à relação custo-benefício da atuação do Tribunal.

#### Principais entregas

Entrega	Descrição da entrega	Responsabilidade	Prazo
Normativo e Procedimento para a publicação tempestiva dos relatórios da fiscalização <b>(CANCELADA)</b>	Ato Normativo (Instrução de Serviço) que discipline a publicação tempestiva dos relatórios da fiscalização conforme diretrizes da ATRICON.	CGF/DG	Jan/2022
Carta de Serviços ao Usuário	Carta de Serviços ao Usuário, conforme diretrizes da ATRICON, em link específico no site.	Tatiana Ozores (DIPLAN)	Ago/2021

<p>Metodologia de cálculo da relação custo-benefício do Tribunal</p>	<p>Operacionalizar a metodologia para registro dos benefícios alcançados com a fiscalização, regulamentada pela Resolução n.º 81/2020, aprovada por meio do processo n.º 478500/20. Adotar e operacionalizar, e estabelecer e operacionalizar metodologia para o cálculo da relação custo-benefício do Tribunal em atendimento ao objetivo estratégico n.º 5, indicador 5.1.</p>	<p>Guilherme Vieira/Denise Gomel (DIPLAN/CGF)</p>	<p>Nov/2022</p>
--	--	---	-----------------

### 3.7 I.07 – Desenvolver Plano Estratégico 2022-2027

#### **Objetivo geral**

Planejar a estratégia do Tribunal para o período 2022-2027, conforme estabelecido na Resolução n.º 57, de 2016, a partir de uma visão consolidada da sua cadeia de valor e dos seus processos de negócio nela representados.

#### **Objetivos específicos**

- Formalizar a cadeia de valor do Tribunal;
- Mapear minimamente os processos de negócio do tribunal a fim de estabelecer uma visão clara de seus produtos/serviços, clientes, impactos pretendidos, demanda e indicadores de desempenho para entender sua contribuição para a cadeia de valor e permitir o seu gerenciamento;
- Desenvolver nova estratégia (Plano Estratégico) para o período 2022-2027.

## Principais entregas

Entrega	Descrição da entrega	Responsabilidade	Prazo
Cadeia de Valor	Cadeia de valor do Tribunal desenhada, aprovada e comunicada.	Denise Gomel (DIPLAN)	Ago/2021
Plano Estratégico 2022-2027	Plano Estratégico para o período de 6 anos (2022-2027) em atendimento e conforme disposto pela resolução n.º 57 de 2016.	Projeto Estratégia TCE-PR 80 Anos Denise Gomel (DIPLAN)	Out/2021
Proposta de Resolução para o novo Sistema de Gestão da Estratégia	Propor alteração da Resolução n.º 57/2016.	Regina Cristina Braz (DIPLAN)	Out/2021

### 3.8 I.08 – Desenvolver Modelo de Avaliação da Efetividade da Gestão Municipal

#### Objetivo geral

Desenvolver e implementar um modelo de avaliação da efetividade da gestão municipal para que o resultado desta avaliação passe a compor o processo de prestação de contas anual dos chefes dos poderes executivos municipais.

#### Objetivos específicos

- Desenvolver e implantar modelo de avaliação da efetividade da gestão municipal da educação quanto à melhoria da qualidade do ensino, a elevação do acesso escolar e a redução da evasão escolar nos anos iniciais do ensino fundamental e na educação infantil;
- Desenvolver e implantar modelo de avaliação da efetividade da gestão municipal da saúde quanto a aumentar a expectativa de vida ao nascer;
- Desenvolver e implantar modelo de avaliação da efetividade da gestão municipal das finanças quanto a manter o equilíbrio financeiro municipal;
- Avaliar a gestão dos 399 municípios, no âmbito das três áreas contempladas nos modelos acima citados, no exercício de 2021, para compor os processos de prestação de contas do respectivo exercício. Com isso, consolidar e integrar os modelos desenvolvidos aos processos anuais de prestação de contas.

## Principais entregas

Entrega	Descrição da entrega	Responsabilidade	Prazo
Modelo de Avaliação da Efetividade da Gestão da Educação	Modelo de avaliação da efetividade da gestão municipal da educação quanto à melhoria da qualidade do ensino, a elevação do acesso escolar e a redução da evasão escolar nos anos iniciais do ensino fundamental e na educação infantil.	PROGOV <i>Lucas Barsanti Placco;</i> <i>Eduardo Schnorr.</i>	Ago/2021
Modelo de Avaliação da Efetividade da Gestão da Saúde	Modelo de avaliação da efetividade da gestão municipal da saúde quanto a aumentar a expectativa de vida ao nascer.	PROGOV <i>João Halberto B. Maciel;</i> <i>Eduardo Schnorr.</i>	Ago/2021
Modelo de Avaliação da Efetividade da Gestão das Finanças	Modelo de avaliação da efetividade da gestão municipal das finanças quanto a manter o equilíbrio financeiro municipal;	PROGOV <i>Everton Paulo Folleto;</i> <i>Eduardo Schnorr.</i>	Ago/2021
Avaliação da efetividade da gestão dos 399 municípios paranaenses, no exercício de 2021.	Avaliação da gestão dos 399 municípios, no âmbito das três áreas contempladas nos modelos acima citados, no exercício de 2021, para compor os processos de prestação de contas do respectivo exercício. Com isso, consolidar e integrar os modelos desenvolvidos aos processos anuais de prestação de contas.	PROGOV <i>Eduardo Schnorr;</i> <i>Lucas Barsanti Placco;</i> <i>João Halberto B. Maciel;</i> <i>Everton Paulo Folleto.</i>	Jun/2022

### 3.9 I.09 – Fortalecimento da Escola de Gestão Pública

#### Objetivo geral

Alinhar a atuação da Escola de Gestão Pública – EGP com as demais áreas do Tribunal e com as diretrizes da ATRICON.

#### Objetivos específicos

- Dotar a EGP de política de capacitação que oriente sua atuação conforme seus públicos de interesse;
- Dotar a EGP de projeto pedagógico e de processo para a mensuração da efetividade das capacitações que executa em atendimento às diretrizes da ATRICON;
- Estabelecer processo de trabalho para o desenvolvimento do Plano Anual de Capacitação visando alinhar sua atuação às demandas das demais áreas de atuação do Tribunal.

#### Principais entregas

Entrega	Descrição da entrega	Responsabilidade	Prazo
Política de Capacitação	Normativo que estabeleça as diretrizes de atuação e as instâncias de responsabilidade nas questões de capacitação/desenvolvimento de competências dos diferentes públicos alvo.	Simone Cardoso Rufca (EGP)	Set/2022
Processo de elaboração e execução do Plano Anual de Capacitação	Fluxo, normativo e padrões que disciplinem o planejamento anual das capacitações visando alinhar sua atuação às demandas das demais áreas de atuação do Tribunal	Simone Cardoso Rufca (EGP)	Mar/2022

Projeto Pedagógico	Em atendimento à diretriz da ATRICON (QATC 7.3.1), que avalia se a Escola de Contas deste Tribunal dispõe de projeto pedagógico alinhado com a política de gestão de pessoas do Tribunal.	Simone Cardoso Rufca (EGP)	Jun/2022
Processo de mensuração da efetividade das capacitações	Em atendimento à diretriz da ATRICON (QATC 7.2.7), que avalia se no processo de desenvolvimento e formação profissional é mensurado a reação, o aprendizado e o impacto das ações de capacitação e desenvolvimento.	Simone Cardoso Rufca (EGP)	Jun/2022

### 3.101.10 – Atuação em Processos de Falência e de Recuperação Judicial

#### **Objetivo geral**

Desenvolver modelo de atuação dos Tribunais de Contas em processos de falência e de recuperação judicial

#### **Objetivos específicos**

- Propor alterações legislativas que regulamentem a atuação dos Tribunais de Contas em processos de falência e de recuperação judicial;
- Propor modelo de treinamentos a serem ministrados pelos Tribunais de Contas para administradores judiciais e procuradores envolvidos em processos de falência e de recuperação judicial;
- Propor modelo de fiscalização a ser realizado pelos Tribunais de Contas em processos de falência e de recuperação judicial.

## Principais entregas

Entrega	Descrição da entrega	Responsabilidade	Prazo
Propostas de alterações normativas <b>(CANCELADA)</b>	Estudos e propostas de alterações normativas acerca da competência dos Tribunais de Contas na atuação em processos de falência e recuperação judicial	Gabinete da Presidência	Jan/2022
Modelo de fiscalização	Modelo de fiscalização acerca da arrecadação tributária frente aos processos de falência e recuperação judicial	Rafael Ayres/Rafael Fontana (CGF/COSIF)	Jan/2022
Propostas de treinamentos	Proposta de treinamento aos administradores judiciais responsáveis por gerir massas falidas em nome do Estado, e ainda, capacitação de procuradores municipais e estaduais que atuem em processos de falência e recuperação de empresas	Thiago Andrade Silva/ Edilson G. Liberal (DIJUR/EGP)	Jan/2022

### 3.111.11 – Centro de Convivência

#### Objetivo geral

Construir, no novo terreno destinado pelo Poder Executivo do Estado ao TCE/PR, um espaço voltado ao atendimento, integração e interação dos servidores do Tribunal, e ainda, um *hub* de inovação interna.

#### Objetivos específicos

- Contratar os projetos para construção do espaço, após a realização de concurso de projetos pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB;
- Execução completa da obra durante a atual gestão.

#### Principais entregas

Entrega	Descrição da entrega	Responsabilidade	Prazo
Projeto completo do centro de convivência <b>(CANCELADA)</b>	Projeto completo do centro de convivência, selecionado por meio de concurso para seleção de projetos, executado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB)	Diretoria-Geral/ Diretoria Administrativa	Out/2021
Execução do projeto da edificação	Execução do projeto da edificação	Helio Gilberto Amaral (DTI)	Ago/2022